

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor(a),
o texto completo deste trabalho
será disponibilizado somente
a partir de
14/04/2027

KARLA MARIA DE SOUZA

**CENSURA, PERSEGUIÇÃO E MORTE:
REPRESSÃO ESTATAL E VIGILÂNCIA SOBRE DOM HELDER CAMARA
(1964-1985)**

ASSIS

2026

KARLA MARIA DE SOUZA

**CENSURA, PERSEGUIÇÃO E MORTE:
REPRESSÃO ESTATAL E VIGILÂNCIA SOBRE DOM HELDER CAMARA
(1964-1985)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: Política: Ações e Representações).

Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues

ASSIS

2026

S729c Souza, Karla Maria de

Censura, perseguição e morte: repressão estatal e vigilância sobre Dom Helder Camara (1964-1985): Dom Helder Camara; Ditadura Civil-Militar; Direitos humanos; Igreja Católica. / Karla Maria de Souza. -- Assis, 2026

154 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis

1. Ditadura militar 1964-1985. 2. Comunismo e cristianismo Igreja Católica. 3. Direitos Humanos. 4. Democracia. 5. Memória. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

Esta pesquisa contribui para o fortalecimento da memória histórica, da cultura democrática e da educação em direitos humanos ao investigar as práticas de censura, perseguição e vigilância exercidas pelo Estado brasileiro sobre Dom Helder Camara durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Ao analisar a atuação dos órgãos de informação e repressão contra uma das principais lideranças religiosas do país, o estudo amplia a compreensão dos mecanismos de controle político empregados pelo regime para silenciar vozes críticas e restringir a circulação de ideias em defesa da democracia, da justiça social e dos direitos humanos.

Entre as contribuições originais da pesquisa, destaca-se a utilização de documentos inéditos pertencentes ao acervo de Dom José Lamartine Soares, localizado em Recife (PE). A análise dessas fontes, ao lado de documentos produzidos pelo Estado brasileiro, permitiu identificar unidades discursivas, novas evidências sobre o monitoramento sistemático de Dom Helder Camara pelos aparelhos de segurança do Estado, corroborando interpretações historiográficas que o reconhecem como alvo direto da repressão política durante o período ditatorial. Ao incorporar documentação ainda pouco explorada pela historiografia, o trabalho amplia o conhecimento sobre as relações entre Igreja Católica, autoritarismo e resistência no Brasil contemporâneo.

A pesquisa também evidencia a importância do Boletim Arquidiocesano como espaço de resistência, comunicação e preservação da memória. Em um contexto marcado pela censura e pela vigilância estatal, o periódico constituiu um instrumento fundamental para a difusão de reflexões, posicionamentos e informações vinculados à atuação pastoral e social de Dom Helder Camara e seus agentes de pastoral. Sua análise demonstra como a comunicação institucional da Arquidiocese de Olinda e Recife contribuiu para a manutenção de redes de solidariedade, circulação de ideias e defesa da dignidade humana diante das limitações impostas pelo regime.

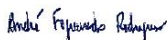
Do ponto de vista social, os resultados desta investigação oferecem subsídios para o ensino de História, para pesquisas sobre memória e direitos humanos e para

iniciativas voltadas à preservação da verdade histórica. Ao recuperar documentos, trajetórias e experiências relacionadas à repressão estatal e às formas de resistência construídas pela sociedade civil, a pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre os impactos do autoritarismo, reforçando a importância da democracia, da liberdade de expressão e do direito à memória como valores fundamentais para a sociedade brasileira.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KARLA MARIA DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 14 de abril de 2026, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de KARLA MARIA DE SOUZA, intitulada "CENSURA, PERSEGUIÇÃO E MORTE: REPRESSÃO ESTATAL E VIGILÂNCIA SOBRE DOM HELDER CAMARA (1964-1985)". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Prof. Dr. JORGE MIKLOS (Participação Virtual) do(a) Universidade Paulista (UNIP), Profa. Dra. RITA DE CÁSSIA APARECIDA BIASON (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas / UNESP / Câmpus de Franca - FCHS, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Às mulheres que me antecederam e me forjaram.
Ao João, esse menino que mudou tudo (para melhor).

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação acompanhou um período intenso de transformações em minha vida. Ao longo desses anos vivi a experiência da gestação e do nascimento de meu filho João. Mudanças profundas na vida familiar, novas responsabilidades profissionais e desafios que exigiram persistência e coragem. Em meio a essas travessias, a pesquisa e a escrita tornaram-se um espaço de reflexão, resistência, continuidade e sentido.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família pelo apoio e pela compreensão ao longo deste percurso. Em especial à minha mãe, Maria Aparecida, cuja presença generosa foi fundamental em inúmeros momentos, acolhendo e cuidando do meu filho para que eu pudesse dedicar tempo à escrita e à pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues agradeço pela paciência, pelo apoio que ultrapassou a orientação institucional no desenvolvimento desta pesquisa e se revelou presença amiga e confiante no meu processo. À comissão examinadora deste trabalho, presente tanto na qualificação quanto na defesa: Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Biason e Prof. Dr. Jorge Miklos. Obrigada pelo tempo e conhecimentos compartilhados, pelas perguntas norteadoras e reflexivas, pelos apontamentos e contribuições à esta pesquisa. À querida colega e mestra Laura Morales, parceira das longas viagens e aflições à Assis para as aulas do Programa de Pós-Graduação, no cumprimento presencial dos créditos, também registro meu carinho pelo sorriso e apoio sempre presentes.

Obrigada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP (SP), nas pessoas das Profas. Dras. Karina Anhezini de Araujo e Lucia Helena Oliveira Silva, que foram coordenadoras do programa, enquanto lá estive. Foi uma honra e um privilégio ter sido parte deste programa que acolheu a mim e minha pesquisa possibilitando um ambiente acadêmico necessário para sua realização. Agradeço ainda todas as funcionárias e funcionários da Faculdade de Ciências e Letras do Campus Assis e da Biblioteca “Acácio José Santa Rosa”, servidores públicos que me apoiaram tanto na parte burocrática, quanto nos processos inerentes à pesquisa.

Registro igualmente minha profunda gratidão ao Memorial Dom Helder Camara, ao Centro de Documentação Dom Helder Camara (CEDOCH) do Instituto Dom Helder Camara (IDHEC), à Cátedra UNESCO/UNICAP de Direitos Humanos Dom Helder Camara e ao Arquivo Dom José Lamartine da Arquidiocese de Olinda e Recife,

especialmente às pessoas que nestas instituições, respectivamente, tão calorosamente me atenderam: irmã Maria Vanda Araújo, o historiador Filipe Xavier, Prof. Dr. Manoel Moraes da UNICAP, e historiador Diego Rodrigues.

Estas pessoas não só representaram suas instituições, mas abriram seus sorrisos, memórias e acervos em Recife, possibilitando-me o acesso a fontes e vestígios fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, para o meu desenvolvimento e contato com a história e cultura recifenses.

Aos membros da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara e funcionários do Museu da Democracia de Pernambuco, o meu muito obrigada e minha admiração. Agradeço também ao escritor Martinho Condini, estudioso da vida e obra de Dom Helder, que tanto me incentivou em todo o processo.

Registro também minha profunda admiração pela figura humana do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara (1909-1999), cuja trajetória foi objeto central desta pesquisa. Ao longo deste percurso acadêmico, o contato com sua história, suas palavras e seu testemunho de vida tornou-se uma fonte constante de inspiração. Confesso que, em momentos de maior dificuldade, recorri também à sua memória em minhas orações, encontrando nela encorajamento para seguir adiante e concluir este trabalho. À Nossa Senhora Aparecida, minha gratidão por me sustentar até aqui.

Um país sem memória é um país sem futuro.

Carmem Lúcia, ministra do STF.

RESUMO

Esta dissertação analisa a vigilância e a perseguição promovidas pelo Estado brasileiro contra Dom Helder Pessoa Camara (1909-1999), arcebispo de Olinda e Recife, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A pesquisa investiga como sua atuação pastoral, seus pronunciamentos públicos e sua projeção nacional e internacional foram interpretados pelos órgãos de informação do regime como ameaças à ordem política estabelecida. O estudo fundamenta-se na análise de documentos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e dos Boletins Arquidiocesanos preservados pelo Arquivo Dom José Lamartine. Inicialmente, são discutidos o golpe de 1964, a construção do inimigo interno e a estrutura repressiva do regime. Em seguida, aborda-se a trajetória e a atuação pública de Dom Helder Camara. Por fim, examinam-se documentos que evidenciam práticas de vigilância, censura, difamação, prisões, torturas e o assassinato do padre Antônio Henrique, bem como o papel dos boletins arquidiocesanos como instrumentos de denúncia e resistência. A análise demonstra que Dom Helder Camara foi alvo de monitoramento sistemático pelo aparato repressivo estatal, enquanto os boletins arquidiocesanos constituíram importante espaço de resistência e denúncia das violações de direitos humanos durante o regime militar.

.

Palavras-chave: Dom Helder Camara; Ditadura Civil-Militar; Direitos humanos; Igreja Católica.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the surveillance and persecution promoted by the Brazilian State against Dom Helder Pessoa Camara (1909-1999), archbishop of Olinda and Recife, during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The research investigates how his pastoral activities, his public pronouncements and his national and international projection were interpreted by the regime's information agencies as threats to the established political order. The study is based on the analysis of documents produced by the National Information System (SNI), available in the National Archive Information System (SIAN), and the Archdiocesan Bulletins preserved by the Dom José Lamartine Archive. Initially, the 1964 coup, the construction of the internal enemy and the repressive structure of the regime are discussed. Next, the trajectory and public performance of Dom Helder Camara is analyzed. Finally, we examine documents that demonstrate practices of surveillance, censorship, defamation, arrests, torture and the murder of Father Antônio Henrique, as well as the role of archdiocesan bulletins as instruments of denunciation and resistance.

Keywords: Dom Helder Camara; Civil–Military Dictatorship; Human Rights; Catholic Church.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Anexo ao Boletim 253, de 15 de junho de 1973	54
Figura 2 – Relatório da Polícia Técnica da SSP-PE	64
Figura 3 – Circular do Estado-Maior do Exército, de 20 de março de 1964	70
Figura 4 – Logotipo do Sistema Nacional de Informações	72
Figura 5 – Prontuário 16.900 DOPS – PE	75
Figura 6 – Escutas telefônicas_1 DOPS – PE	77
Figura 6 – Escutas telefônicas_2 DOPS – PE	79
Figura 7 – Ofício nº 01/ASS/SEC-094, de 13 de abril de 1970	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Órgãos de Informação	66
Tabela 2 – Estrutura do SNI	68
Tabela 3 – Fundos do Arquivo Nacional	73
Tabela 4 – Análise conjunta do Corpus	87
Tabela 5 – Unidades discursivas	91
Tabela 6 – Boletins Arquidiocesanos do Arquivo Dom José Lamartine	98
Tabela 7 - Arquivos do Estado Brasileiro	143

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO - Ação Católica Operária

AIB - Ação Integralista Brasileira

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

ASI – Assessoria de Segurança e Informações

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano

CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara

CIE - Centro de Informações do Exército

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CIA - Central Intelligence Agency

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

DSI – Divisão de Segurança e Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional

FBI – Federal Bureau of Investigation

IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Sfici - Serviço de Informações e Contra-Informações

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

UEP - União Estadual dos Estudantes de Pernambuco

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
Ditadura militar, repressão e vigilância política no Brasil	19
O Golpe civil-militar de 1964	19
Impactos do golpe e a construção do inimigo interno	22
A estrutura repressiva e os sistemas de vigilância do Estado	28
CAPÍTULO 2	
Igreja Católica, Dom Helder Camara e as tensões com o regime militar	31
A trajetória do arcebispo	38
O político	43
CAPÍTULO 3	
Repressão, vigilância e denúncia nos documentos analisados	46
Procedimentos de análise documental	46
Boletins arqui-diocesanos: instrumentos de comunicação e denúncia	48
Ataques, difamações e censura	49
Prisões e torturas	54
O assassinato do padre Antônio Henrique	58
O Sistema Nacional de Informações, o SNI	64
A vigilância do regime militar nos documentos	71
Entre vigilância e denúncia: análise comparativa das fontes	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Era 8 de janeiro de 2023, e uma turba de descontentes com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República do Brasil se manifestava em frente ao Congresso Nacional, em Brasília (DF), pedindo às forças militares que impedissem a posse do eleito nas urnas eletrônicas. A manifestação que se iniciara semanas antes, com grupos de descontentes em frente aos quartéis do país, culminou naquele dia 8, sob a conivência da polícia local com ataques violentos ao patrimônio público: prédios do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional. Tudo foi vandalizado. Obras de arte foram quebradas e rasgadas, causando um prejuízo de cerca de 20 milhões de reais ao erário público.

Segundo o Ministério Público Federal, na Petição 12/100 DF, os casos de invasão, destruição e brutalidades ocorridos na capital federal, analisados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), fizeram parte de um plano mais amplo e abrangente para a tomada de poder. Tal plano contava inclusive com o assassinato de autoridades como os presidente e vice-presidentes eleitos, bem como um ministro do STF. O plano, segundo a denúncia de Paulo Gonet Branco, Procurador-Geral da República, feita em 18 de fevereiro de 2025, e julgamento dos envolvidos no Supremo Tribunal Federal (STF) foi liderado pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que junto a militares, parlamentares e civis, estava organizando um golpe de Estado. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, na petição 12/100, a organização tinha por líderes o próprio Presidente da República e o seu candidato a Vice-Presidente, o General Braga Neto¹. Ambos aceitaram, estimularam, e realizaram atos tipificados na legislação penal de atentado contra o bem jurídico da existência e independência dos poderes e do Estado de Direito democrático.

A tentativa de golpe à democracia brasileira, de 2023, foi julgada em setembro de 2025 pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. No voto que formou maioria pela condenação dos réus, a ministra Carmem Lúcia reiterou que a procuradoria fez prova cabal de que grupo liderado por Jair Messias Bolsonaro, composto por figuras-chaves do governo, das Forças Armadas e órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas com a finalidade de prejudicar a alternância

¹ Denúncia do Ministério Público Federal – Procuradoria Feral da República, Petição 12/100. DF. Disponível em https://download.uol.com.br/files/2025/02/807160827_finalpet12100denuncia.pdf.

legítima de poder nas eleições de 2022 e minar o livre exercício dos demais Poderes Constitucionais, especialmente o Judiciário.²

A decisão inédita na história do país de punição de militares diante de uma tentativa de golpe à democracia brasileira corroborou com a ideia inicial da relevância desta pesquisa, de que parte importante da sociedade brasileira não constitui memória sobre os fatos ocorridos e que vive à margem do funcionamento das instituições democráticas e da atuação de seus sujeitos, sejam eles eleitos democraticamente, sejam eles personalidades públicas.

Em oposição à ideia de Albuquerque (2012), escrever a história dos fatos passados, temperado pelos acontecimentos do presente, pode desmistificá-lo (o passado) tornando-o mais nítido evidenciando seus contornos “mais ásperos e bicudos”. A ocorrência de uma tentativa de golpe de Estado no país, 61 anos depois de o Brasil passar por um regime militar, serviu pois de tempero para uma reflexão sobre a ausência de “ideias claras”, parafraseando José Gil (2001), com o estabelecimento de uma “sombra branca” sobre o papel dos militares na história política recente do Brasil, levando-nos à hipótese desta pesquisa de que a memória que a população brasileira tem de si mesmo, de sua história e das personagens públicas ligadas aos fatos é ou era de certo modo turva, sem contornos e definições à parte importante da população.

Os acontecimentos recentes na História do Brasil, entre a eleição presidencial de outubro de 2022 e o putsch da extrema-direita contra o governo eleito em 8 de janeiro de 2023, trouxeram de volta os fantasmas do golpe de Estado à cena política, tradição que parecia superada pela consolidação do regime democrático-liberal pós-1988. (Napolitano, 2024, p. 3)

A eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado e então deputado federal, à presidência da República, em 2018 com 55% dos votos válidos ampliou dentro da sociedade brasileira a publicização de manifestações em defesa da intervenção militar, corroborando deste modo, o interesse por essa pesquisa sobre memória e esquecimento do que foi a ditadura civil-militar no país. Teria a ditadura civil-militar se caracterizado como um trauma coletivo para a sociedade brasileira? E de que modo se parte dela, sequer se lembra de fatos ocorridos ou ainda, questionam sua legitimidade?

O trauma pode convocar ao esquecimento, convocar à obliteração da expressão, ele pode provocar a incapacidade de dizer, de fazer ver, de representar, ele pode gerar o bloqueio da capacidade inventiva, poética, criativa de indivíduos e das coletividades. A inscrição implicaria ação,

² Transmissão do julgamento da Ação Penal 2668, transmitida pela TV Justiça: <https://www.youtube.com/watch?v=cMctT94wPhQ>.

afirmação, decisão com as quais os indivíduos conquistariam autonomia e sentido para suas existências. (Albuquerque, 2012, p. 65)

Sobre memória, Le Goff (2003) vai nos lembrar que o fato de que a memória coletiva representa um “instrumento e um objeto de poder”, ela é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” e sua forma escrita se constitui em uma das manifestações dessa luta pela dominação da recordação e da tradição.

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. (Le Goff, 2003, p. 436)

Objetivos da pesquisa

É, pois, a partir da necessidade de se construir esta memória coletiva, que esta pesquisa se apresenta relevante e atual, frente a um tecido social no qual parte da população - estimulada também por mecanismos tecnológicos de falsas informações com grande capilaridade e inserção na sociedade – segue defendendo a intervenção militar, banalizando o estado democrático de direito e as violências causadas à dignidade humana diante de regimes autoritários. Esta pesquisa se torna indispensável por um segundo motivo: à medida que recupera e descreve a memória deste período autoritário no país (1964-1985), quer evidenciar o método, as violências empregadas por agentes do Estado brasileiro à figura de Dom Helder Pessoa Camara (1909-1999), bispo da arquidiocese de Olinda e Recife durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) e das pessoas o cercavam, e auxiliavam no trabalho pastoral. O bispo, Dom Helder Camara, denunciou as práticas de censura e torturas aplicadas durante aquele período, e também por isso era visto e chamado de comunista tanto pelo Estado brasileiro, quanto por parte dos membros e de autoridades da Igreja Católica.

De fato, ainda hoje, Dom Helder Camara e sua memória são perseguidos, estimulados por um lado pelo fantasma do inimigo comunista e também por um processo de beatificação e canonização do bispo que corre desde 2014, no Vaticano. “Fico profundamente estarrecida com os rumos que a Igreja está tomando! Um Santo comunista? É de amargar!”, registrou a católica Martha Janete Souza da Rocha, em março de 2025, em resposta a um vídeo feito por uma entidade católica criticando o “bispo vermelho”. Tal termo “bispo comunista” utilizado em

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar a vigilância exercida pelo aparato de informações do regime militar brasileiro sobre a atuação pública de Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife entre 1964 e 1985. Partindo de dois conjuntos distintos de documentos: primeiro por documentação produzida pela Arquidiocese de Olinda e Recife: os Boletins Arquidiocesanos, e segundo por arquivos produzidos por órgãos de inteligência do Estado, especialmente relatórios, dossiês e informes vinculados ao Sistema Nacional de Informações (SNI) durante o regime militar. Buscou-se compreender de que maneira as atividades pastorais, os pronunciamentos públicos e a projeção internacional do arcebispo foram interpretados pelas autoridades como elementos dignos de monitoramento sistemático, e de que modo o boletim transmitia todo este cenário e se portava como um fórum de resistência e informação.

Nesse sentido, o estudo procurou compreender e apresenta, não apenas a existência do monitoramento estatal e a resistência do boletim, mas também os significados políticos atribuídos às práticas pastorais e aos discursos públicos do arcebispo no contexto da ditadura civil-militar instaurada após o golpe de 1964.

No primeiro capítulo, foram apresentados os elementos históricos que levaram ao golpe de 1964, o contexto no qual o Brasil se encontrava, bem como a evolução da relação entre Igreja Católica e política no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, chegando. Buscou-se demonstrar como as transformações internas da Igreja, especialmente após o Concílio Vaticano II, contribuíram para a emergência de novos posicionamentos pastorais diante das questões sociais e políticas do período. Nesse contexto, a atuação de setores do clero passou a incorporar discursos mais explícitos em defesa dos direitos humanos e da justiça social, o que frequentemente gerou tensões com o regime militar, tendo Dom Helder Camara como um dos protagonistas deste processo.

A trajetória e atuação de Dom Helder Camara é apresentada no segundo capítulo. Além da biografia do arcebispo, apresentamos já neste capítulo, arquivos do estado brasileiro que já demonstravam a preocupação do governo com seu papel no interior da Igreja e sua crescente projeção pública durante o período autoritário. No terceiro capítulo, apresentamos como a repressão, a vigilância e a denúncia se apresentam nos documentos analisados nos Arquivos Nacional e Dom José Lamartine, respectivamente nos documentos elaborados pelo SNI e os Boletins Arquidiocesanos. Ambos conjuntos de documentos indicam de modo explícito a

existência de uma vigilância sistemática sobre Dom Helder Camara e figuras do seu entorno. Os documentos estatais revelam não apenas a preocupação das autoridades públicas com a circulação de suas ideias, e a dos seus, mas também a tentativa de interpretar suas ações dentro de uma lógica de ameaça à ordem política estabelecida. Dom Helder era visto como inimigo pelo Estado brasileiro. Já o boletim, comunica e refere-se à figura de Dom Helder Camara como o pastor, a liderança perseguida, que cumpria sua missão de defender a vida em dignidade do povo mais vulnerável.

A análise buscou evidenciar e demonstrou como suas homilias, pronunciamentos e iniciativas pastorais, como a instalação da Pressão Moral Libertadora depois nomeada Comissão Justiça e Paz, a passaram a ser associados a críticas ao regime e à denúncia de violações de direitos humanos. Essa atuação contribuiu para que o arcebispo se tornasse uma figura de destaque tanto no cenário religioso quanto no debate público nacional e internacional. A análise dos boletins arquidiocesanos, nos permitiu observar que aquele veículo foi fundamental como espaço de informação e formação sobre diversos temas da atualidade brasileira, para além do catecismo católico. Foi espaço relevante de denúncias sobre campanhas de difamação à figura de Dom Helder Camara, de ataques à sua casa, ao palácio da Arquidiocese e à Faculdade Católica do Recife. Denunciou desaparecimentos, prisões arbitrárias, torturas e o assassinato do padre Antônio Henrique, acompanhando de modo sistemático a investigação e o julgamento do caso exigindo esclarecimentos e a punição de culpados.

Observamos, portanto, que a análise desses dois conjuntos de arquivos de narrativas antagônicas, fortaleceu nossa teoria aqui defendida desde o início da pesquisa: Dom Helder Camara foi perseguido pelo estado brasileiro e o boletim arquidiocesano foi um veículo de resistência do arcebispo, ao longo dos anos de regime autoritário. Chegamos a esta conclusão, após percorrer um caminho metodológico que emergiu do próprio campo, já que a leitura dos arquivos nos permitiu enquadrar e classificar os temas dos boletins em Unidades Discursivas, e a elas, associamos os documentos públicos, nos levando à confirmação de nossa premissa.

Ao dialogar com a historiografia sobre o período, especialmente com estudos dedicados ao funcionamento do aparato repressivo e ao papel da Igreja Católica durante a ditadura, esta pesquisa procura contribuir para a compreensão do protagonismo de Dom Helder Camara nas relações entre religião, política e vigilância estatal no Brasil. Trabalhos de autores como Carlos Fico, Heloísa Starling e Marcos Napolitano já demonstraram a complexidade das estruturas de informação e repressão do regime militar. A análise aqui desenvolvida busca ampliar esse debate ao destacar a forma como o arcebispo de Olinda e Recife e seus assessores se tornaram objeto de monitoramento sistemático, e como um boletim arquidiocesano colocou-se como

veículo de resistência na construção de uma narrativa diferente da imposta pelo Estado brasileiro.

Tabela 5 - Unidades discursivas

Temas publicados no Boletim Arquidiocesano	Unidade discursiva emergente do Boletim Arquidiocesano	Tipos de documentos do SNI que dialogam com a unidade discursiva
Agenda pública de Dom Helder	Espionagem e monitoramento	Relatórios Prontuários Antecedentes criminais ACE destruídos Escutas telefônicas (Fonte: APEJE) Anexos (matérias de jornais)
Denúncias de prisão arbitrária Denúncias de tortura Notas de Solidariedade Declarações de Dom Helder	Prisões e tortura	Relatórios Prontuários
Denúncias Missas Notas de Solidariedade	Assassinato padre Antônio Henrique	Relatórios Prontuários
TFP Listas Campanha contra Prêmio Nobel Sequestros Acusações Pichações Ameaça de morte	Difamação e ataques	Pedidos de Busca Relatórios Prontuários Anexos (matérias de jornais)
Denúncias de silenciamento	Censura	Dossiês

A análise dos documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Dom José Lamartine respondem pois, ao problema desta pesquisa, à medida que, juntos permitem a reconstrução de um cenário, no qual, as informações se somam e revelam o (1) o protagonismo do arcebispo de Olinda e Recife; (2) o nível de detalhamento que o aparato estatal conseguiu levantar sobre o dia a dia e atuação pastoral do sacerdote; (3) a omissão, para dizer o mínimo, do Estado brasileiro, nos momentos de ameaças e ataques diretos ao arcebispo; (4) o silenciamento imposto a ele, (5) a prisão e tortura de padres e leigos que o assessoravam; (6) o assassinato do padre Antônio Henrique, (7) o papel e a relevância do Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. Esta pesquisa ressalta a figura do bispo como uma das vozes mais ecoadas e premiadas pelo mundo, naquele período, ao denunciar as barbáries sofridas no Brasil, como o uso da força policial na reprimenda social e política, além da extrema pobreza e desigualdade social. Estes dois últimos temas figuraram sobremaneira nas construções biográficas ou historiográficas que o tiveram como personagem de estudo; relegando a um segundo plano, pesquisas específicas sobre o seu protagonismo em defesa da liberdade de expressão, da dignidade humana e, menos ainda, sobre os mecanismos de repressão denunciados por ele, e por isso, a relevância desta pesquisa.

Esta pesquisa contribui ainda para a manutenção ou alimentação da memória do que foi o período do regime militar no Brasil, em tempos em que parte da sociedade brasileira, seja alimentada por ignorância histórica ou alienação política, elege representantes políticos que defendem intervenções militares e estados autoritários. Este trabalho é uma defesa da memória e da democracia brasileiras, para que a liberdade de expressão e o Estado democrático de direito nos garantam ser e existir.

Ainda estamos aqui!

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO NACIONAL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES.

ARQUIVO DOM JOSÉ LAMARTINE

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. Prêmio Nobel da Paz: a atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara. *Cadernos da Memória e Verdade*. Recife, v. 4, 2015. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=Nobel&pasta=Premio%20Nobel%20da%20Paz>.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. *Relatório final*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2013. v. 1.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. *Relatório final*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2013. v. 2.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*. Franca, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAÚJO, Edvaldo M. *Dom Helder Câmara: profeta-peregrino da justiça e da paz*. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social 1930-1964: anotações para uma História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.

BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. *Dom Hélder: o artesão da paz*. Brasília: Senado Federal, 2000.

BEOZZO, José Oscar. Dom Helder e o Concílio Vaticano II. In: ROCHA, Zildo (org.). *Helder, o Dom: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BETTO, Frei. *Diário de Fernando*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Trecho de relatório sobre Dom Helder Câmara. Brasília, 1976.

BROUCKER, José de. *As noites de um profeta: Dom Hélder Câmara no Vaticano II. Leitura das circulares conciliares de Dom Helder Câmara (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 2008.

CANCIAN, Renato. *Igreja católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. *Os arquivos da Polícia Política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil contemporâneo*. PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Marcos de. *A Igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

CASTRO, Marcos de. *Dom Hélder: misticismo e santidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIRANO, Marcos. *Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura (1964-1980)*. Recife: Guararapes, 1983.

CLAUDINO, Assis. *O monstro sagrado e o amarelinho comunista: Gilberto Freire, Dom Helder e a revolução de 64*. Rio de Janeiro: Distribuidora Opção, 1985.

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

CONDINI, Martinho. *Dom Helder Câmara: modelo de esperança na caminhada para a paz e a justiça social*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CONDINI, Martinho. *Fundamentos para uma Educação Libertadora: Dom Helder Câmara e Paulo Freire*. São Paulo: Paulus, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Declaração da Comissão Central da CNBB. Rio de Janeiro, 29 maio 1964. Publicada em: *Vozes*, Petrópolis, ano 58, n. 7, p. 537-539, jul. 1964

COSTA, Marcos Roberto Nunes Costa (org.). *Dom Helder Câmara: profeta, cristão e padre da Igreja*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). *História em Reflexão*, Dourados: UFGD, v. 5, n. 9, p. 1-16, 2011.

DOCUMENTOS DE MEDELLÍN. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1968.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis: UFSC, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

FERRARINI, Sebastião Antonio. *A imprensa e o Arcebispo Vermelho (1964-1984)*. São Paulo: Paulinas, 1992.

FERREIRA, Antonio Celso. *A Universidade nos tempos da Guerra Fria e da Ditadura Militar: contestação e repressão. Tenho algo a dizer. Memórias da Unesp na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3-4.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Camila; BRITO, Débora. Padre Henrique: o silêncio que grita. *Youtube*, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/rcPAk5fwW2s>.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. São Paulo: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUITTON, Jean. *Diálogos com Paulo VI*. Lisboa: Livros do Brasil, 1976.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, 2010.

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-18, 2017.

JABLONKA, Ivan. *História é uma literatura contemporânea*. São Paulo: Fósforo, 2020.

JOFFILY, Maria. A mecânica do interrogatório político. In: CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta (org.). *A tortura na era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 359-390.

JOFFILY, Maria. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOFFILY, Maria. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores – do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMARÃO, Sérgio. *A trajetória política de João Goulart: a conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2004.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. [s.l.]: Clube de Autores, 2017.

LEÃO, Jordana Gonçalves. *Fragmentos de um “diário”: algumas considerações sobre a correspondência pessoal de Helder Pessoa Câmara*. Recife: Bagaço, 2012.

LIMA, Danilo Pereira. *Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da Ditadura Militar de 1964*. São Leopoldo, RS, 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Vale do Rio dos Sinos.

LORSCHIEDER, Aloísio *et al.* *Vaticano II, 40 anos depois*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

MAGALHÃES, Marionil de Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MARIA, Karla. *Mulheres extraordinárias*. São Paulo: Paulus, 2017.

MIKLOS, Jorge. *Diálogo dos deuses, direitos dos homens: direitos humanos e diálogo inter-religioso na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Plêiade, 2013.

MINDÊLO, Olívia. *Pe. Antônio Henrique*. Recife: Prefeitura de Recife, s.d. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seceducacao/especial/padreHenrique/quem.html>.

MORAES, Marcio André Martins. Sob as lentes do DOPS: a vigilância e a repressão da Polícia Política em torno das atividades de Dom Hélder Câmara (1964-1985). *Tempos Históricos*, v. 23, p. 575-601, 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Lúcio Sérgio Porto. *A história da atividade de inteligência no Brasil*. Brasília: ABIN, 1999.

PAZ, Jailson Sousa da. *Cristãos e comunistas, uma só defesa: história da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (1977-1980)*. Recife, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: o profeta da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINA NETA, Lucy. *O Dom da leitura: Helder Câmara e suas bibliotecas*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2019.
- PRESTES, Luís Carlos. [Declarações]. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, n. 264, 1964.
- RAMPON, Ivanir Antonio. *O caminho espiritual de Dom Helder: o professor, o teólogo e o filósofo*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- REIMÃO, Sandra (org.). *Livros e subversão*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 4–26, 2014.
- ROCHA, Zildo (org.). *Helder, o Dom: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.
- SOUSA, Reginaldo. Ditadura Militar brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 420-438, 2019.
- STARLING, Heloísa; SCHWARCZ, Lília Mortiz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.
- SVERDRUP, Jacob. *Relatório sobre Dom Hélder: Prêmio Nobel da Paz*. Oslo: Grondahl, 1970.
- VALERIO, Mairon Escorsi. *O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)*. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2008.